

# SOBRE A TIPOLOGIA DE TERRITÓRIOS<sup>1</sup>

Bernardo Mançano Fernandes

Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unesp, *campus* de Presidente Prudente

Para Kari Polanyi Levitt

***“Ao perder minha terra, estou perdendo meu país.”***

*Mirta, campesina paraguaia – Carumbey, São Pedro, Paraguai – 23 de outubro de 2008.*

## Introdução

Este artigo é um ensaio sobre a tipologia de territórios para contribuir com a leitura das disputas territoriais e seus processos de conflitualidades. Convivemos com diferentes tipos de territórios produtores e produzidos por relações sociais distintas, que são disputados cotidianamente. Foi a inevitável convivência com esses tipos e formas de territórios que comecei meus estudos sobre este tema<sup>2</sup> e neste trabalho procuro aprofundar estas reflexões e apresentar uma proposição para as análises dos territórios.

O estudo sobre a diversidade de territórios não é uma novidade. Vários outros estudiosos do território já escreveram sobre este tema<sup>3</sup>. Nesta proposição, além de tomá-los como referências, apresento uma tipologia de modo a estabelecer uma leitura da diversidade territorial que produz a multiterritorialidade. E esta leitura tem como estrutura a produção espacial e territorial por meio das relações sociais, promovidas pelas classes em

---

<sup>1</sup> - O conjunto das pesquisas de campo que possibilitaram as reflexões apresentadas neste artigo contou com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

<sup>2</sup> - Os principais resultados estão em Fernandes (2005, 2006, 2007, 2008a, 2008b, 2008c, 2008d).

<sup>3</sup> Por exemplo: Gottmann (1973); Lacoste (1988); Lefebvre (1991); Oliveira (1991); Raffestin (1993); Souza (1995 e 2006); Santos (1996 e 2002); Moraes (2002); Harvey (2003); Haesbaert (2004); Delaney (2005); Ceceña (2007); Palau (2007); Peet (2007); Saquet (2007).

permanente conflitualidade na disputa por modelos de desenvolvimento e de sociedade. Nesse modo de análise, a relação classe-território é indissociável.

Esta leitura é feita desde meus estudos sobre os territórios rurais. É uma construção teórico-geográfica, um mirada que traz outra perspectiva sobre o conceito de território, que contribui para o debate e para os embates.

## **1 – A importância do território**

O território é uma das categorias de análise da Geografia e recentemente tornou-se um conceito muito utilizado por diversas ciências que se ocupam dos processos de produção do espaço. Essa diversidade promoveu compreensões e significações imputadas ao conceito de território<sup>4</sup> de acordo com as intencionalidades dos sujeitos. A relevância que o território tem recebido levanta questões se o conceito virou moda, se é mais um *fashion concept*. O fato é que o seu uso se intensificou, mesmo que em grande parte dos trabalhos, o território seja apenas utilizado como superfície, base ou palco das relações sociais. Penso que além do modismo e do uso superficial há também a referência da geograficidade destacada por Milton Santos:

A Geografia alcança neste fim de século a sua era de ouro, porque a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é Território. O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A Geografia passa a ser aquela disciplina mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar. (SANTOS, 2002, p. 9).

A imposição da geograficidade tem um conjunto de razões. Uma razão do uso cada vez mais amplo do conceito de território pode ser compreendida pelo claro argumento: “*não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo inseri-los num determinado contexto geográfico, ‘territorial’*” (HAESBAERT, 2004, p. 20). Além dessa inserção, há outras razões que decorrem desta e que demonstraremos neste

artigo. Nosso desafio é compreender como as diferenciações da produção espacial e territorial são organizadas e reproduzidas e por quais relações e classes sociais. Estou me referindo às diversas classes e relações sociais que produzem diferentes espaços e territórios. Por essa compreensão é que entendemos ser importante o uso de uma tipologia de territórios. Relações e classes sociais produzem diferentes territórios e espaços que as reproduzem em permanente conflitualidade.

Recentemente, surgiram diversos trabalhos que se referem às perspectivas, desenvolvimentos, enfoques, abordagens territoriais, entre outras denominações. Esses textos são propostas de políticas ou análises de projetos em implantação ou implantados, que envolvem diferentes instituições: multinacionais, governos nacionais, estaduais e municipais, movimentos socioterritoriais, sindicatos, igrejas etc. Para compreender os interesses, ações, relações e conflitos entre as instituições e os diferentes territórios, consideramos insuficiente a compreensão do território apenas como espaço de governança.

O conceito território está sendo utilizado, principalmente, para se referir aos espaços de governança em escala municipal, reunindo um conjunto de municípios que formam uma microrregião, como, por exemplo, os *Territórios da Cidadania*<sup>5</sup>. Também há projetos em escalas transnacional, que envolvem todas as escalas dos espaços de governança, como são os “eixos” territoriais do IIRSA – Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana<sup>6</sup>. Esses eixos são “*transterritórios*” que reúnem territórios de diversos países a partir do conjunto de projetos implantados ou a serem implantados para atender, principalmente, os interesses das transnacionais para a produção de *commodities*.

Transterritórios são um conjunto de territórios nacionais, compreendidos como espaços de governança, em diversas escalas. Nos transterritórios, além dos espaços de governança, há outros tipos de territórios, como as propriedades privadas comunitárias ou capitalistas que produzem conflitualidades pela disputa dos projetos de desenvolvimento e de sociedade. Essas conflitualidades geram territorialidades de dominação, como estudado

---

<sup>4</sup> - Uma discussão a respeito dessa questão pode ser encontrada em Fernandes (2008b), onde analiso o texto “Do território geográfico à abordagem territorial do desenvolvimento rural” de Sérgio Schneider e Ivan G Peyré-Tartaruga.

<sup>5</sup> <http://www.territoriosdacidadania.gov.br>

<sup>6</sup> <http://www.iirsa.org>

por Ceceña (2007), e territorialidades de resistência, como estudados em Fernandes (2008d).

Entre os vários argumentos que podemos usar para dizer que o território ganhou *status* nas diversas áreas do conhecimento, há um que se destaca. O território é utilizado como conceito central na implantação de políticas públicas e privadas, nos campos, nas cidades e nas florestas, promovidas pelas transnacionais, governos e movimentos socioterritoriais. Essas políticas formam diferentes modelos de desenvolvimento que causam impactos socioterritoriais e criam formas de resistências, produzindo constantes conflitualidades. Neste contexto, tanto o conceito de território, quanto os territórios, passam a ser disputados. Temos, então, disputas territoriais nos planos material e imaterial.

Em que contexto estão acontecendo as políticas e as disputas territoriais? O que está em disputa é desde o pedaço de chão, onde vive o sujeito, está a comunidade, o bairro, até as formas de organização espacial e territorial dos campos, cidades e florestas, que constituem os países. Por isso, a importância de todos os tipos de território e da frase citada na epígrafe deste artigo. Mirta – campesina paraguaia de Carumbey – tem a compreensão que perder sua terra para os sojeiros brasileiros implica na predominância de um modelo de desenvolvimento que determina a organização espacial e territorial de seu país.

As disputas territoriais são, portanto, de significação, das relações sociais e de controle dos diferentes tipos de território pelas classes sociais. O território, compreendido apenas como espaço de governança, é utilizado como forma de ocultar os diversos territórios e garantir a manutenção da subalternidade entre relações e territórios dominantes e dominados. O território compreendido pela diferencialidade pode ser utilizado para a compreensão das diversidades e das conflitualidades das disputas territoriais. Temos, portanto, duas compreensões distintas: a do território compreendido apenas como espaço de governança, multidimensional e pluriescalar. É o território da nação, do país, dos estados, províncias, microrregiões, departamentos, municípios e outras unidades geográficas de divisão escalar dos espaços de governança. Outra compreensão é a que estamos propondo sobre a tipologia de territórios. Partimos do território como espaço de governança, mas reconhecemos os outros tipos de territórios fixos e fluxos, material e imaterial, formados pelas diferentes relações sociais e classes sociais, que trataremos nas partes seguintes deste

artigo. Por ora, para explicitar as diferenças dessas duas compreensões de territórios, denominaremos a compreensão de território apenas como espaço de governança, como “território uno”, e a compreensão da tipologia como “território diverso”.

As políticas neoliberais influenciaram nas disputas e resignificações do conceito de território, principalmente porque passaram a utilizar o conceito como forma de dominação, o que provocou reações de resistência. Nas cidades, nos campos, nas florestas, entre campo e cidade, entre nações e povos em um país, a partir de diferentes relações sociais e políticas, os territórios são produzidos e destruídos em permanentes conflitos, gerando complexas conflitualidades. São vários exemplos na América Latina, em que o capital transnacional determina as políticas de desenvolvimento socioterritorial de diversos países. O IIRSA, citado neste artigo, é o exemplo mais amplo, todavia, em cada país há de disputas territoriais permanentes, que multiplicariam os exemplos aos milhares.

O capitalismo se estabelece com a consolidação do território capitalista. Dizer que as relações sociais capitalistas produzem relações sociais não capitalistas também é dizer que os territórios capitalistas produzem territórios não capitalistas. Esta produção ocorre de modo desigual e conflitante, gerando disputas territoriais permanentes. As disputas territoriais não se limitam à dimensão econômica. Pelo fato do território ser uma totalidade, e multidimensional, as disputas territoriais se desdobram em todas as dimensões, portanto, as disputas ocorrem também no âmbito político, teórico e ideológico, o que nos possibilita compreender os territórios materiais e imateriais. As políticas de dominação e de resistência utilizam o conceito de territórios para delimitar tanto os espaços geográficos disputados, quanto de demarcar os pleiteados. A imposição da geograficidade deve-se também à ascensão do conceito de território porque a disputa pelo poder de interpretar e de determinar o conceito e os territórios se intensificou. O sentido da disputa está na essência do conceito de território, que contém como princípios: soberania, totalidade, multidimensionalidade, pluriescalaridade, intencionalidade e conflitualidade.

Gottmann (1973) dedicou-se ao debate sobre a soberania. E é a partir deste geógrafo que ampliamos o debate. Soberania é um princípio do conceito de território. Todavia, antes de ser um princípio, ela é uma necessidade humana para a liberdade. A soberania é uma construção histórica dos povos e suas nações, como também é uma

construção das classes sociais e seus grupos internos. Todavia, a soberania não é poder político exclusivo do Estado sobre o território. A soberania do Estado é garantida pelas soberanias das múltiplas forças sociopolíticas que garantem o Estado. Considerando a multiterritorialidade, podemos falar em soberanias, cujas existências garantem a do Estado. O território do Estado é uma totalidade, mas não é totalitário. Uma nação livre não será uma nação centralizadora. As instituições que formam o Estado Nação, como também seus Poderes, os partidos, os sindicatos, as igrejas, as fundações, as cooperativas, as empresas, os movimentos e as ONGs, constroem espaços e territórios no interior no território do Estado, constituindo assim diferentes soberanias. O Estado e seu território são disputados pelas instituições também por meio de seus territórios. A relação jurídica entre as instituições é regida pelo poder político do Estado e pelos poderes políticos de cada instituição.

Para discutir a totalidade como um princípio do território é necessário tomar muito cuidado para não ser mal compreendido. Evidente que não estou afirmando que tudo é território, mas sim que o território é um todo. Ainda é necessário afirmar que este todo é parte da realidade. Quando compreendo o território como todo estou entendendo sua multidimensionalidade. Isto significa que, ao analisar os territórios por meio de uma ou mais dimensões, é somente uma opção, o que não implica em desconsiderar as outras dimensões. O princípio da multidimensionalidade nos ajuda a compreender melhor o da totalidade, já que são as dimensões que a compõem. As dimensões são formadas pelas condições construídas pelos sujeitos em suas práticas sociais na relação com a natureza e entre si. As múltiplas dimensões do território são produzidas relações sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais. A dimensão une espaço e relação, que são construídos pelas ações e intencionalidades.

A intencionalidade é compreendida parcialmente a partir da contribuição de Searle (1995). Compreendo-a como a opção histórica que as pessoas fazem e que determinam a direção de seus pensamentos para a construção e defesa de ações políticas, como e escolha de paradigmas, correntes teóricas, políticas públicas, modelos de desenvolvimento, ou seja, leituras que direcionam as compreensões das realidades. É a intencionalidade que faz com que os estudiosos definam a totalidade de seus objetos. Por exemplo: é possível estudar a

dimensão econômica do território ou a dimensão territorial da economia. É possível estudar o território somente como espaço de governança, como uno, ou estudá-lo como diverso, pelas suas diferencialidades. É possível falar de exclusão ou inclusão precária, ou ainda é possível falar de capital social, capital político, capital natural ou dimensão social, dimensão política, dimensão cultural, dimensão natural dos territórios. São análises distintas pelas direcionalidades determinadas pelas intencionalidades, em que a amplitude do objeto pode conter ou não as condições em questão. A intencionalidade é uma propriedade da política entendida como liberdade (ARENDETT, 1998). As intencionalidades propõem diferentes leituras para a realidade gerando conflitualidades materializadas pelas disputas nas interpretações dos fatos. A intencionalidade como opção histórica é também uma posição política, uma preferência pelas leituras de uma determinada classe e/ou segmentos sociais.

A conflitualidade é o processo de relações de enfrentamento permanente nas interpretações que objetivam as permanências e/ou as superações das classes sociais, grupos sociais, instituições, espaços e territórios (FERNANDES, 2008c). As contradições produzidas pelas relações sociais criam espaços e territórios heterogêneos, gerando conflitualidades. As classes sociais, suas instituições e o Estado produzem trajetórias divergentes e diferentes estratégias de reprodução socioterritorial. A conflitualidade é, portanto, um processo em que o conflito é apenas um componente. Esse processo é formado por diversos componentes polarizados como uno-diverso; consenso-crítica; regra-conflito; padronização-variedade; centralização-centralidades; território-territórios. O âmago da conflitualidade é a disputa pelos modelos de desenvolvimento em que os territórios são marcados pela exclusão das políticas neoliberais, produtora de desigualdades, ameaçando a consolidação da democracia.

A pluriescalaridade (ou multiescalaridade) é um princípio básico para a compreensão das diferentes escalas dos territórios. Aqui a utilizamos para pensar também os diferentes tipos de territórios, organizados em várias escalas. Uma referência parcial é a espacialidade diferencial de Lacoste (1988). Parafrazeando-o, podemos entender a pluriescalaridade a partir de uma tipologia como uma “territorialidade diferencial”. Por exemplo: um transterritório está organizado em escala internacional, mas contém territórios

em escala nacional, provincial e municipal. E estes territórios estão em permanente conflitualidade por disputas territoriais. Territórios – propriedades estão disputando o território espaço de governança. Eles estão organizados principalmente em escalas municipais, mas pela pluriescalaridade, podem superar esses limites. Não estamos falando de uma propriedade jurídica, mas de um conjunto de propriedades que podem ser contínuas e descontínuas em vários espaços de governança, em escalas diversas, desde a municipal até a internacional.

A expansão do capitalismo desterritorializa outras relações sociais e extermina relações não capitalistas por meio do que Harvey (2003, pp. 137-182) definiu como acumulação pela espoliação [*accumulation by dispossession*], compreendidas pela destruição de postos de trabalho, precariedade das relações de trabalho e destruição dos territórios camponeses e indígenas. A acumulação pela espoliação significa um estágio avançado das relações capitalistas que necessitam cada vez menos da recriação das relações não capitalistas. Evidente que essa condição faz com que o capital recrie com menos intensidade trabalhadores assalariados e territórios camponeses, aumentando o número de excluídos. Além da espoliação há a tentativa de controle dos territórios que resistem através de políticas públicas elaboradas em conjunto pelo Estado, agências multilaterais e transnacionais. Esses processos de disputa e espoliação ocorrem nos campos, nas cidades e nas florestas, em escalas diversas. A compreensão de uma tipologia de territórios possibilita desvendar a diferencialidade por meio da conflitualidade.

A geograficidade nos revela a importância da leitura territorial ou leitura espacial, compreendendo o espaço ou o território como totalidade. Esta leitura permite compreender as diferencialidades das relações e territórios e mapear as conflitualidades para compreender melhor os sentidos das disputas territoriais. Para contribuir com essa compreensão, discutimos a seguir os tipos de territórios.



## **2 – Tipos de territórios**

A primeira versão deste ensaio foi apresentada no III Simpósio Internacional de Geografia Agrária, em 2007, e publicado em Fernandes (2008b). A idéia de pensar os tipos de territórios nasceu de minhas pesquisas de campo, da interlocução com outros cientistas, do diálogo com meus orientandos e da leitura de diversas obras, como detalhei no artigo citado. O que sempre me chama a atenção é o fato do território ser majoritariamente compreendido como espaço de governança, enquanto presenciamos diversas formas de conflitualidades que não estão relacionadas necessariamente com os espaços de governança. Embora muitos autores tenham estudado estas conflitualidades (por exemplo: Ceceña (2007) e Palau (2007), compreendo que a falta de uma tipologia dilui a diversidade de territórios em disputas. Não basta falar apenas em Território. É preciso definir: qual território? As classes e relações sociais não estão alheias aos territórios porque elas os produzem e por estes são produzidas. Ainda que não tenha esta preocupação, o livro de Delaney (2005) sugere uma tipologia de territórios ao refletir e exemplificar diferentes tipos de território. Delaney chama a atenção para os territórios do cotidiano que estão contidos nos espaços de governança.

Realidades, teorias, leituras, diálogos e reflexões foram as ações que possibilitaram a proposição de uma tipologia de territórios. Os territórios em diferentes escalas se sobrepõem. São utilizados de diferentes formas assim como as pessoas assumem e executam distintas funções ou como as relações sociais se mesclam, gerando multiterritorialidades. Esses processos complexos muitas vezes são generalizados, dificultando análises mais aprofundadas. Neste ponto chamo a atenção para uma questão importante. Não confundir a tipologia de territórios com a multiterritorialidade. Da tipologia nasce a multiterritorialidade e são objetos distintos. As territorialidades são as representações dos tipos de uso dos territórios.

Nesta proposição trabalho com as duas formas de territórios: material e imaterial. Os territórios materiais são fixos e fluxos. Santos (1978 e 1996) trabalhou com essas referências, discutindo os elementos do espaço e o território. Os territórios fixos e fluxos são os espaços de governança, as propriedades privadas e os espaços relacionais, que possibilitam distinguir os territórios do Estado, os públicos e os particulares, constituídos a

partir de diferentes relações sociais. A interdependência entre espaço de governança, propriedades e espaço relacional é compreendida pela indissociabilidade das condições físicas, relacionais e intencionais. Para compreender melhor os movimentos das relações pelas classes sociais na produção de diversos territórios, propomos as seguintes denominações de ordem dos territórios: espaços de governança como primeiro território; propriedades como segundo território; e os espaços relacional como terceiro território.

A idéia de fixo e fluxo está relacionada a todas as ordens e tipos de territórios. O primeiro e o segundo território são fixos ou são fluxos, já o terceiro território contém a qualidade de ser fixo e fluxo. Os espaços de governança são territórios fixos e fluxos como, por exemplo: o território da nação, os palácios dos presidentes e governadores, seus aviões, carros e navios. Da mesma forma podemos nos referir às propriedades fixas e móveis. O terceiro território é formado pelas multiterritorialidades do segundo no primeiro território ou pode ir além da escala nacional, como é o caso dos transterritórios. É importante destacar que não compreendemos o primeiro território como espaço absoluto, na acepção unidimensional. Reafirmo: compreendo o espaço de governança como o território da nação, gerador de multiterritorialidades por conter todos os outros tipos de territórios. O segundo território ou território – propriedade é compreendido pela diversidade e possibilidades dos tipos de propriedades. Ele é construído pelas diferentes relações sociais praticadas pelas classes sociais. A seguir, analisamos os tipos e ordens de territórios.

### **3 – Primeiro território**

O primeiro território é o espaço de governança da nação. É o ponto de partida da existência das pessoas. Neste se constituem outros territórios produzidos pelas relações das classes sociais. Primeiro, segundo e terceiro territórios, assim como as formas material e imaterial, são indissociáveis, contudo, para analisá-los com mais detalhamento, propomos uma tipologia com uma ordem. Para compreender melhor o território da nação é necessário entender bem os territórios que o compõem.

Na primeira parte deste artigo, nos referimos à importância do território para a compreensão das disputas territoriais geradas pela expansão das políticas neoliberais e o

processo de espoliação, que é também um processo de desterritorialização. Todavia, como alertou Haesbaert (2004), a desterritorialização deve ser compreendida no interior da multiterritorialidade. Portanto, a idéia de espoliação de Harvey (2003) não é aqui utilizada como um fim, mas parte de um processo de disputa territorial gerador de conflitualidades.

Nos últimos anos, as transnacionais têm comprado enormes extensões de terras em diversos países da América Latina, África e Ásia para expandir seu modelo de desenvolvimento baseado na produção de *commodities*. Movimentos camponeses e indígenas têm resistido a esta política pelo menos por duas razões: 1) porque a expansão dos territórios das transnacionais ocorre sobre seus territórios, provocando sua desterritorialização, empurrando-os para novas áreas, provocando o desmatamento e produzindo novos territórios que no futuro poderão ser controlados por elas (STAVENHAGEN, 2005). Este processo tem gerado uma ampla disputa territorial, êxodo rural, mudanças nas relações campo-cidade-florestas, ou seja, provocando fortes impactos socioterritoriais. A resistência dos movimentos socioterritoriais aos processos de desterritorialização tem gerado a multiterritorialidade, promovendo também a desterritorialização das transnacionais.

Essas realidades têm gerado debates sobre a venda de terras às transnacionais como uma questão de segurança nacional. Para além da questão geopolítica, está a questão do modelo de desenvolvimento socioterritorial em disputa. A produção de *commodities* está associada a um modelo de desenvolvimento que, além de atingir diretamente a população, desafia a soberania dos países. A produção de alimentos, fibras e combustíveis para o mercado internacional está relacionada ao uso dos territórios dos países pobres e à dependência tecnológica e econômica dos países ricos. Exemplos são as monoculturas de árvores, de soja e laranja. A constituição de um modelo de desenvolvimento organiza as infra-estruturas e os serviços, determinando os tipos de usos dos territórios, expropriando os sujeitos e relações sociais que não são incorporadas ou cooptadas.

O primeiro território ou espaço de governança está organizado em diversas escalas e instâncias. Estados, províncias, departamentos e municípios são frações integradas e independentes do primeiro território. São diferentes escalas dos espaços de governança. As propriedades também são frações do primeiro, mas compõem o segundo território. Esta

classificação tem como referências as relações praticadas pelas classes sociais. Elas produzem e organizam diversos territórios configurando o primeiro território. A eliminação da propriedade privada não elimina o segundo território. Mesmo em países onde as propriedades individuais – familiares pertencem ao Estado, há um território – propriedade. A relação entre primeiro e segundo território é intrínseca

#### **4 – Segundo território**

Nossa casa pode ser o ponto de partida de referência para a compreensão de propriedade que apresento neste artigo. Estou me referindo a propriedade como espaço de vida, que pode ser particular ou comunitária. Todos os sistemas políticos criam propriedades com diferentes formas de organização do espaço. As propriedades podem ser definidas pelo seu valor de uso e/ou pelo seu valor de troca. As sociedades capitalistas criaram as propriedades capitalistas. Embora, o poder soberano do capital crie a imagem da totalidade, no entanto, a maior parte das pessoas e das propriedades das sociedades capitalistas não são capitalistas. Pelas relações de dominação articuladas no campo e na cidade, o capital concentra propriedades de modo a controlar os territórios. E recentemente começou a comprar florestas.

As propriedades privadas não capitalistas, familiares ou comunitárias, e as propriedades capitalistas, formam o segundo território. Territórios capitalistas e não capitalistas produzem permanente conflitualidades pela disputa territorial. Territórios indígenas, quilombolas, camponeses, de moradia, com suas várias identidades, são constituídos na multiterritorialidade rural e urbana. São movimentos socioterritoriais disputando o primeiro território em todas suas escalas. As empresas transnacionais, de modo diferenciado, agem para disputar esses territórios. Em alguns casos a disputa pelo primeiro território também ocorre entre as próprias empresas capitalistas. O primeiro território e o Estado são disputados permanentemente. Os segundos territórios são frações do primeiro, mas devem ser distinguidos porque as relações sociais que os produzem são diferentes. Um território propriedade – privada não pode ser confundido com um território espaço de governança.

A disputa territorial ocorre de dois modos: pela desterritorialização ou pelo controle das formas de uso e de acesso aos territórios, ou seja, controlando as suas territorialidades. Exemplos são os estudos de geógrafos e sociólogos que analisam essas disputas e conflitualidades. Oliveira (1991) discute essas disputas denominando-as de territorialização do capital ou do campesinato e de monopólio do território pelo capital, chamando-as de frações do território. Ramos Filho (2008) estuda as disputas territoriais pelas formas de acesso ao território, tanto pela ocupação da terra quanto pela compra da terra. Palau (2007) enfatiza a leitura territorial ao denominar de refugiados os camponeses expropriados pela territorialização da monocultura da soja. Souza Júnior (2008) estuda a luta pela moradia em João Pessoa, denominando-as como lutas por territórios. Indígenas, camponeses e sem-tetos, na floresta, no campo e na cidade disputando territórios para garantirem suas existências a partir de suas identidades. Territórios como propriedades nas florestas, campo e cidade possuem configuração e modos de usos distintos. Na cidade são usados predominantemente para moradia. Nas florestas e nos campos, além da moradia são usados para a produção de alimentos e mercadorias.

O Território recoloca a questão das classes sociais. As classes sociais são formadas por pessoas que ocupam a mesma posição nas relações sociais de produção em função das propriedades dos meios de produção, de seus territórios e dos poderes de decisão. Não é suficiente estudar as classes sociais somente pelas relações sociais. A propriedade é relação social e território, que nos possibilita estudar os territórios das classes sociais.

A afirmação de Haesbaert (2004, p. 20) de que *“não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo inseri-los num determinado contexto geográfico, ‘territorial’”*, nos traz outra questão. Os sujeitos produzem seus próprios territórios e a destruição destes territórios significa o fim desses sujeitos. O desapossamento também destrói sujeitos, identidades, grupos sociais e classes sociais. A idéia de acumulação por espoliação de Harvey (2003) revela seus próprios limites. E aí está o ponto forte da luta territorial, da disputa territorial. Sujeitos, grupos sociais, classes sociais não existem sem seus territórios. Este é o sentido supremo da luta pelos territórios dos povos camponeses e indígenas. O capitalismo sempre apropriou e ou subalternizou outras relações sociais e seus territórios. O desapossamento significa a intensificação da destruição dos

territórios não subalternos e é exatamente neste ponto que destaco as formas de resistências que emergem dos campos, dos territórios rurais, muito mais que nas cidades.

As disputas territoriais são diferentes no campo e na cidade. Nas cidades, os movimentos socioterritoriais lutam principalmente por moradias. Os locais de trabalho e de moradia na cidade e no campo são distintos. A propriedade camponesa reúne moradia e trabalho em um só território. Na cidade, com a supremacia do trabalho assalariado, os territórios dos trabalhadores são suas moradias. Os locais de trabalho são predominantemente territórios do capital. De modo que, em parte, as conflitualidades entre assalariados e capitalistas não são necessariamente disputas territoriais, são disputas pelas riquezas produzidas pelo trabalho.

## **5 – Terceiro território**

O terceiro território é o espaço relacional considerado a partir de suas conflitualidades e reúne todos os tipos de territórios. O caráter relacional, por unir as propriedades fixas e móveis, promove os seus movimentos de expansão e refluxo. Esse movimento é determinado pelas relações sociais e as conflitualidades entre as classes, grupos sociais, sociedade e Estado. Enquanto a idéia de segundo território obedece ao caráter jurídico da propriedade, o terceiro se apropria dessa condição, mas não está subordinada a ela. Cavalcante (2008) e Girardi (2008) exemplificam esse movimento com os processos de territorialização da soja e de outras culturas que disputam as formas de usos dos segundos territórios. Exemplo semelhante é a denominada “república da soja” criada pela transnacional Syngenta, que reúne partes dos territórios da Argentina, Paraguai, Brasil e Bolívia (FERNANDES, 2008b, p. 284). O terceiro território está relacionado às formas de uso dos territórios, portanto às suas territorialidades. No entanto, é importante alertar para não se confundir o terceiro territórios com a produção de sua territorialidade. Esta é a representação das formas de uso dos territórios.

Outro exemplo de terceiro território é pode ser esclarecido pela circulação da mercadoria. Empresas expandem e perdem territórios de acordo com o aumento e diminuição do consumo de seus produtos. Também podemos nos referir aos territórios do

narcotráfico que se expandem ou refluem de acordo com as correlações de forças entre as facções ou das ações das polícias. Vale resgatar os exemplos que demos no início deste artigo sobre os transterritórios formados por projetos de “integração” ou por blocos comerciais. O terceiro território nos atinge em todas as escalas e está cada vez mais presente em nosso cotidiano.

## **6 – Território imaterial**

O território imaterial está presente em todas as ordens de territórios. O território imaterial está relacionado com o controle, o domínio sobre o processo de construção do conhecimento e suas interpretações. Portanto, inclui teoria, conceito, método, metodologia, ideologia etc. O processo de construção do conhecimento é, também, uma disputa territorial que acontece no desenvolvimento dos paradigmas ou correntes teóricas. Determinar uma interpretação ou outra, ou várias, convencer, persuadir, induzir, dirigir faz parte da intencionalidade na elaboração conceitual. Estou me referindo ao mundo das idéias em que forma, limite, referência, convencimento, conteúdo, área, domínio, extensão, dimensão, entre outras diversas, são noções necessárias para compreendermos que o pensamento também é produtor de relações de poder. A produção material não se realiza por si, mas na relação direta com a produção imaterial. Igualmente, a produção imaterial só tem sentido na realização e compreensão da produção imaterial. Essas produções são construídas nas formações socioespaciais e socioterritoriais. Os territórios materiais são produzidos por territórios imateriais.

O território imaterial pertence ao mundo das idéias, das intencionalidades, que coordena e organiza o mundo das coisas e dos objetos: o mundo material. A importância do território imaterial está na compreensão dos diferentes tipos de território material. Nós transformamos as coisas, construímos e produzimos objetos na produção do espaço e do território. Penso o território imaterial a partir da mesma lógica do território material, como a determinação de uma relação de poder. Essa determinação deve ser compreendida como definir, significar, precisar a idéia ou pensamento, de modo a delimitar seu conteúdo e convencer os interlocutores de sua validade.

Este procedimento é “autológico” porque é isto que estou fazendo neste texto, procurando convencer os leitores da importância da tipologia de território e principalmente do território imaterial para fazer uma leitura geográfica da realidade. Evidente que a leitura da realidade pode ser feita dos mais diferentes modos a partir de qualquer ciência ou arte. Todavia, nenhuma ciência ou arte consegue explicar essa realidade sem o diálogo com as outras ciências e artes. É o conjunto das construções dos conhecimentos que possibilitam uma aproximação mais qualificada das possíveis interpretações das realidades. E esta é somente uma contribuição possível.

O território imaterial é formado por idéias e pensamentos diversos: conceitos, teorias, métodos, ideologias, paradigmas etc., que definem a leitura, o foco, a interpretação, a compreensão e, portanto, a explicação do objeto, tema ou questão. Os Pensadores, intelectuais, pesquisadores e estudiosos constroem, produzem explicações a partir da intencionalidade, que é parte do processo histórico de construção do conhecimento. Assim, formam correntes teóricas interpretativas ou paradigmas que determinam suas interpretações. Outros pensadores, estudiosos, intelectuais, pesquisadores, ao utilizarem os conceitos ou teorias, precisam compreender e aceitar as significações, as definições, previamente estabelecidas. Esta aceitação é uma condição para garantir o rigor da referência. A fidelidade às idéias originárias é necessária para qualificar o processo de desenvolvimento do conhecimento.

O pensador originário ou seminal, ao elaborar um conceito, tem o propósito de explicar algo por meio de sua intencionalidade. O pensador usuário, ao aceitar e compreender a significação do conceito, usa a interpretação proposta. Assim, intencionalidade e fidelidade se realizam na multiplicação da possível explicação das coisas e objetos, relações e espaços, temas ou questões. Assim são construídas as correntes teóricas ou paradigmas no processo de disputa pela construção do conhecimento. Esse processo pode ser reproduzido pela subalternidade ou pela autonomia. O uso de conceitos, se não for feito pelo questionamento de seus significados, conduz o pesquisador usuário à comodidade da explicação fácil do objeto. Este é o sentido da subalternidade. O uso criterioso de conceitos, procurando compreender bem seus significados, por meio do



questionamento da validade e do reconhecimento, possibilita ao pesquisador usuário uma posição autônoma e comprobatória do conceito.

O território imaterial não se limita apenas ao campo da ciência, mas pertence ao campo da política. E pode ser utilizado para viabilizar ou inviabilizar políticas públicas, por exemplo. Exemplos concretos são as políticas de cotas nas universidades. Estas são produzidas como um território imaterial, cuja intencionalidade é promover a inclusão de sujeitos por meio de processos qualificados. Essas políticas rompem com os processos seletivos genéricos que de fato escondem outras condições políticas de acesso à universidade. Os exames universais de seleção para as universidades, mantêm os privilégios dos mais abastados que são perdidos nos exames seletivos por cotas. É assim que um território imaterial, uma idéia, uma política se materializa em condição real de acesso à universidade e de mudança de destino de muitas pessoas. Essa mudança não se realizaria sem a criação do território imaterial que materializou o novo rumo das vidas dos sujeitos.

Os territórios imateriais são as bases de sustentação de todos os territórios. São construídos e disputados coletivamente. As disputas territoriais são alimentadas pelas organizações e seus *think-tanks*. É impossível, pensar os diversos territórios sem pensar os territórios imateriais, as pessoas e os grupos que pensam e formam esses os territórios.

### **Considerações finais**

Nestas considerações finais não termino este artigo. Este é um processo de construção teórica. Proponho o debate e a pesquisa para avançar na interpretação das realidades e seus territórios. A tipologia de territórios aqui apresentada está organizada em duas formas, três ordens e três tipos de território. Os territórios materiais e imateriais estão representados em primeiro, segundo e terceiro territórios (fixos e fluxos), entendendo os territórios como espaços de governança, como propriedades e como espaço relacional. Compreendo que esta proposição contribui para leituras mais aprofundadas dos processos socioterritoriais, evitando-se, assim, que se fale de disputa territorial sem se definir o que é território. Mas ainda há muito a avançar. Este avanço ocorrerá pela continuação das

pesquisas, reflexões, leituras, diálogos, debates e embates. Evidente que escrever sobre território sempre será uma relação de poder. Esta é uma responsabilidade dos geógrafos que têm o território como categoria de análise.

## **Bibliografia**

ARENDDT, Hannah. **O que Política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CAVALCANTE, Matuzalem Bezerra. **Mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso (1992-2003)**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Presidente Prudente, 2008.

CECEÑA, Ana Esther; AGUILAR, Paula; MOTTO, Carlos. **Territorialidad de la dominación: la integración de la infraestructura regional sudamericana (IIRSA)**. Buenos Aires: Observatorio Latinoamericano de Geopolítica, 2007.

DELANEY, David. **Territory: a short introduction**. Pondicherry: Blackwell, 2005.

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais no campo brasileiro: contribuição para leitura geográfica dos movimentos camponeses. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; COELHO, Maria Célia Nunes; CORRÊA, Aureanice de Mello. **O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (II)**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008a, pp. 385-404.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008b. pp. 273-302.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008c. pp. 173-224.

FERNANDES, Bernardo Mançano (org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008d.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Los dos campos de la cuestión agraria: campesinado y agronegócio**. Hacia dónde vamos: conflictividad agraria e laboral. Guatemala: Pastoral de la Tierra Interdiocesana, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica. **A pesquisa em Educação do Campo**. Brasília: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, 2006.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Observatorio Social de América Latina.**, v. 16, pp. 273-284. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira.** Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Presidente Prudente, 2008.

GOTTMANN, Jean. **The significance of territory.** Charlottesville: The University Press of Virginia, 1973.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. **The new imperialism.** São Paulo: New York, 2003.

IIRSA – Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana (2007). **Planificación territorial indicativa: grupos técnicos ejecutivos – GTE 2007. Resultados y carteras de proyectos 2007 (anexo).** Montevideo: IIRSA, 2007. Disponível em: [http://www.iirsa.org/bancomedios/documentos%20PDF/doc\\_cartera\\_2007.pdf](http://www.iirsa.org/bancomedios/documentos%20PDF/doc_cartera_2007.pdf). Acessado em: ???????

LACOSTE, Yves. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** Campinas: Papirus, 1988.

LEFEBVRE, Henry. **The production of space.** Cambridge, Mass.: Blackwell Publishers, 1991.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 2000.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

PALAU, Tomás Tadeo et al. **Los refugiados del modelo agroexportador: impactos del monocultivo de soja en las comunidades campesinas paraguayas.** Asunción: BASE: Investigaciones Sociales, 2007

PEET, Richard. **Geography of power: the making of global economic policy.** London: Zed Books, 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder.** São Paulo: Editora Ática, 1993.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006).** Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Presidente Prudente, 2008.

STAVENHAGEN, Rodolfo. **Indigenous peoples: an essay on land, territory, autonomy and self-determination.** Disponível:

<http://www.landaction.org/printdisplay.php?article=327>. Acessado em: 16 de novembro de 2005. 21:33:28.

SEARLE, John R. **Intencionalidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova.** São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha; SILVA, Carlos Alberto Franco da; *et alii*. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense; Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002.

SAQUET, Marcos Aurélio. 2007. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. “O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”. En In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas.** Castro, Iná Elias. Gomes, Paulo Cesar Costa. Corrêa, Roberto Lobato (orgs.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora. Reflexões sobre a democratização do planejamento e da gestão das cidades.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA JÚNIOR, Xisto Serafim de Santana. **A participação dos movimentos sociais urbanos na produção do espaço urbano de João Pessoa – PB.** Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Presidente Prudente, 2008